

GOVERNO 2014

Disputa pode ser polarizada

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

Os últimos movimentos do juiz federal Julier Sebastião da Silva de sinalizar pelo início de uma caminhada político-eleitoral deverá polarizar a disputa pela sucessão do governador Silval Barbosa (PMDB) em 2014, já que o peemedebista não pode mais disputar o mandato de chefe do Executivo, pois foi reeleito em 2010.

Essa polarização tem grandes chances de acontecer no campo judicial, principalmente se o opositor for o senador Pedro Taques (PDT), que desde que chegou ao Senado da República sempre criticou aqueles que deixavam o mandato na metade de oito anos

para disputar novas eleições, mas diria que também vai assumir essa condição convencido pela real possibilidade da oposição vencer as eleições após 12 anos de mandato do grupo liderado pelo senador Blairo Maggi e pelo governador Silval Barbosa, que antes foi eleito vice.

A sinalização do PR quanto a um possível apoio a Julier Sebastião da Silva, vinda pela mãos do seu maior líder na Assembleia, o deputado Mauro Savi, homem de extrema confiança do senador Blairo Maggi, é fruto da judicialização do processo eleitoral promovido pelo próprio senador Pedro Taques, que navega na esfera por ter sido procurador da República e por assumir o discurso de que "é preciso que os homens de bem ocupem os espaços políticos para que eles não sejam ocupados por corruptos", lema este inclusive que

faz parte do site do senador pedetista.

Outro motivo que tem levado os republicanos a essa condição é o fato do senador Blairo Maggi, que tem um estilo próprio de fazer política, poder ou não disputar as eleições na sucessão do seu sucessor, Silval. Com a tendência em não disputar, não restaria aos republicanos se não agarrar o grupo que dá sustentação política ao governador Silval Barbosa que, se concluir as obras e fechar seu governo em grande estilo, teria o condão de interferir na sucessão eleitoral, até mesmo pelo fato das oposições não conseguirem afinar o discurso num úni-



Julier ainda não assume a condição de candidato

co sentido. O espólio de Silval Barbosa e da forte aliança de partidos que lhe deram a reeleição em 2010 não pode e não deve ser desprezado, tanto é que o juiz federal está percorrendo o caminho partidário em busca de sustentabilidade à sua pretensão eleitoral, que mesmo sendo em defesa do atual grupo político do governador, chega com novas propostas e com a possibilidade de convencer a sociedade de que é possível mudar e fazer melhor.

Julier Sebastião da Silva não assume a condição de candidato, até mesmo por uma questão de legalidade, já

que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) não deixa dúvidas de que os magistrados não podem e não devem militar no campo político eleitoral. Só que as últimas sinalizações demonstram que o magistrado está determinado a deixar a toga e enfrentar as urnas e os eleitores.

O discurso de Julier como candidato seria o mesmo de Pedro Taques, só que agora, Taques já tem quatro anos como senador e como as manifestação das ruas não pouparam nenhum dos atuais detentores de mandato, leia-se políticos, resta saber se o espólio eleitoral dos manifestantes tem uma tendência a cair no colo de um novato com uma conduta de retidão profissional inabalada ou em quem foi operador do Direito mas já é político e como tal vive de dar explicações de falhas cometidas no exercício do cargo.

O desempenho do magistrado tem sido tão forte nos meios partidários que siglas como o PT, na qual militou quando estudante de Direito, já reafirma sua disposição em ter o mesmo como candidato petista ao governo do Estado e poder disputar em igualdade de condições e com chances de vitória, fato almejado pelo PT, que nunca ameaçou estar próximo do poder em Mato Grosso.

Bastou uma cunha do PR em admitir ter uma candidatura nova como de Julier para assanhar outros partidos, inclusive os ditos da oposição, que já mandaram emissários para convencer o magistrado a estar numa sigla de oposição aos atuais ocupantes do Governo do Estado.



João Vieira/Chico Ferreira

Senador Pedro Taques, egresso da PGR, e juiz federal Julier Sebastião da Silva podem polarizar a disputa pelo governo de Mato Grosso



Otmar de Oliveira

Prefeitura de Cuiabá paga R\$ 2,5 milhões mensais ao governo federal a título de dívida pública

TRIBUTÁRIA

Prefeito reclama reforma

MARCOS LEMOS
DA REDAÇÃO

O prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes (PSB), assinalou que a principal reforma a ser feita no Brasil não é a política mas sim a tributária e considerou como gravíssima a situação das pendências do Tesouro Municipal com o Governo Federal. "Imaginem uma dívida de R\$ 104,497 milhões renegociada para deixar de pressionar os cofres públicos municipais que são deficitários e após 13 anos de pagamentos, que somaram R\$ 271,227 milhões, ou seja, mais que o dobro, e ainda se dever outros R\$

265,725 milhões. Se fosse uma empresa estaria falida", assinalou o prefeito, que aguarda um relatório da procuradoria do Município e da Secretaria de Planejamento e Finanças para saber qual a providência que será adotada.

O prefeito assinalou que a política econômica do Governo Federal começa errada justamente por causa do tratamento dispensado aos parceiros como estados e municípios.

Ele reafirmou que com os R\$ 2,5 milhões pagos mensalmente ao Governo Federal e R\$ 32 milhões anuais, se ficassem no Tesouro Municipal para se-

rem reinvestidos, representariam ao final de quatro anos de mandato em um Hospital Municipal e a cada três meses na inauguração e funcionamento de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) que são pequenos prontos-socorros ou policlínicas que atendem aos moradores diretamente nos bairros. "Estou falando não apenas em obra física, mas também em funcionamento de toda essa estrutura somente para que as pessoas tenham a dimensão de quanto de recurso é perdido na cobrança injusta e desleal do Tesouro Municipal", disse o prefeito de Cuiabá.

Ex-petista parte para o PTB

SONIA FIORI
DA REDAÇÃO

Ex-senadora Serys Marli está de malas prontas para ingressar no PTB, ainda sem definição de data para realizar sua filiação. A adesão ao partido deve promover desfiliação em massa do PT, não apenas da corrente ligada a ela em Cuiabá, mas ainda de um bloco de petistas do interior. No PTB, o nome de Serys é colocado como via para disputar vaga ao Senado, em costuras políticas com o denominado bloco da oposição, capitaneado pelo PSDB.

Em Brasília, onde milita em organizações internacionais da área ambiental, a ex-senadora por Mato Gros-

so mantém os planos de pleitear novamente seu retorno ao Senado. Nas eleições de 2010, ela perdeu para o então deputado federal, Carlos Abicalil, em consulta interna, o direito de disputar a reeleição. O resultado abriu uma fenda no PT difícil de ser superada. As consequências foram as mais negativas possíveis à sigla, em racha que colaborou para a derrota de Abicalil e dela, na corrida à cadeira na Câmara Federal.

Ela deixou o PT, partido que ajudou a fundar no Estado no final da década de 80, no final de 2012. No partido, passou por dissabores, como em relação ao seu pedido de expulsão (2011) dos quadros do PT, acusada de infidelidade

partidária no pleito de 2010.

Em 2002, ela foi eleita a primeira mulher senadora no Estado. O histórico dela traz outras lutas, como a disputa ao governo em 2006, ficando com o terceiro lugar na corrida. Formada em Direito e Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a ex-senadora também atuou como deputada estadual, sendo eleita em 1990, com duas reeleições consecutivas. No PTB de Chico Galindo, ela terá a missão de ajudar a alavancar o projeto para 2014. No Estado, o partido está representado pelo deputado Luiz Marinho, dois prefeitos, quatro-vice-prefeitos e 47 vereadores.



Marcus Vaillant

Serys quer disputar o Senado novamente e encontrou no PTB o espaço que precisava para seus planos